

ESTADO DO PARANÁ

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 001/2023

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CENTRO DE APOIO AGRÍCOLA E CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "MEU CANTINHO".

Pelo presente Acordo de Cooperação que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede à Rua João XXIII, nº. 144, Bairro Centro – Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, CEP 85875-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 75.425.314/0001-35 neste ato representado pelo Ordenador de Despesas (Decreto nº. 134/2023), senhor VÂNIO MANDELLI MORONA, brasileiro, servidor público municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.209.491-3 SSP/PR e do CPF nº. 026.596.479-25, residente e domiciliado em Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, doravante denominado MUNICÍPIO, e do outro lado o CENTRO DE APOIO AGRÍCOLA E CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "MEU CANTINHO", associação privada, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 00.104.371/0001-13, com sede à Linha Três Fazendas, S/N, Bairro Três Fazendas - Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, CEP 85875-000, neste ato representado pela Presidente, senhora CELSIANA DOMINGOS BELO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 8085484-6 SSP/PR e do CPF n°. 039.024.039-77, residente e domiciliado em Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, de ora em diante denominada simplesmente de ENTIDADE, tem entre si justo e avençado na melhor forma de direito e, o presente instrumento, regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a mútua colaboração entre os entes signatários, visando o fortalecimento da execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos de idade, residentes no município de Santa Terezinha de Itaipu – Paraná.



ESTADO DO PARANÁ

1.2. Para o fim especificado no item 1.1 supra, o MUNICÍPIO cede à ENTIDADE um veículo semi novo, Modelo: FIAT/STRADA ENDURANCE CS; ano: 2022, combustível: álcool/gasolina; CHASSI: n°9BD281A2DNYX61808; RENAVAM: n°01317170013; placa: SDS8G78.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente acordo é celebrado em conformidade com o <u>Chamamento Público</u> <u>nº. 004/2023</u>, regido pela Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, Lei Federal nº 13.204/2015, Lei municipal nº 1.667/2016 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 058/2017, Resolução nº 28/2011 e suas alterações, Instrução Normativa nº 61/2011 e suas alterações, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1. São obrigações:
- I DO MUNICÍPIO:
- a) designar um gestor da parceria;
- b) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela ENTIDADE
- e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- c) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- e) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
- f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- g) ceder o veículo descrito na cláusula primeira para uso pela ENTIDADE.

II – DA ENTIDADE:

a) divulgar na Internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

AND TREADANCE ORDINARY

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

ESTADO DO PARANÁ

- b) assegurar o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do Controle Interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos e informações necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto desta Parceria, bem como, aos locais de execução da mesma;
- c) manter durante a execução da parceria, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da seleção;
- d) atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Assistência Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;
- e) utilizar o veículo cedido para atendimento exclusivo das atividades relacionados no Plano de Trabalho, vedado qualquer uso imoral, no interesse particular de funcionários ou dirigentes ou qualquer uso indevido que caracterize o desvio de finalidade;
- f) manter a guarda e conservação do veículo objeto da presente cessão;
- g) manter vigente apólice de seguro em favor do veículo cedido com cobertura total, inclusive contra furto/roubo, danos, incêndio, perda total ou parcial, lataria, vidros e em favor de terceiros contra danos morais e materiais;
- h) não usar o veículo para fins particulares, bem como a sua guarda durante o período em que não esteja sendo usado deverá ser em local apropriado, onde haja segurança, vedado ser mantido na residência de particulares ou de funcionários ou membros da diretoria;
- i) arcar com as despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento, taxas e multas decorrentes da utilização do veículo cedido;
- j) identificar no veículo cedido, em local de perfeita visualização ao público, a seguinte informação: "Veículo cedido pela Prefeitura do Município de Santa Terezinha de Itaipu";
- k) a ENTIDADE assume responsabilidade civil pelos danos que porventura venha a ocasionar a terceiros e/ou a usuários transportados, durante a utilização do veículo ora cedido;
- I) também a ENTIDADE assume a responsabilidade civil em decorrência de sinistros que porventura venha a sofrer durante o uso o veículo cedido, inclusive indenizando o MUNICÍPIO pelas perdas e danos morais e materiais;



ESTADO DO PARANÁ

- m) a ENTIDADE indenizará em regresso o MUNICÍPIO caso este seja demandado judicialmente e venha a ser condenado ao pagamento de indenizações decorrentes de danos materiais e morais que venha a ocorrer em virtude da utilização do veículo cedido, independentemente de culpa da ENTIDADE;
- n) preservar todos os documentos originais relacionados ao Acordo de Cooperação em local seguro e em bom estado de conservação pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do encerramento do processo, artigo 68, § único da Lei Federal nº. 13.019/2014, suas alterações posteriores e legislação em vigor.

CLAÚSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento terá vigência a partir da data da publicação do extrato desta Parceria no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Terezinha de Itaipu, com término em 20 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA - DO ADITAMENTO

- 5.1. Serão admitidas até 2 (duas) prorrogações do prazo de vigência deste Acordo de Cooperação, por iguais períodos, mediante assinatura de Termo Aditivo.
- 5.2. A prorrogação do prazo deverá ser proposta pela ENTIDADE, e devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.
- 5.3. Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência deste Acordo de Cooperação ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos retroativos.
- 5.4. Não é permitida a celebração de aditamento deste Acordo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

- 6.1. Na forma prevista no artigo 6º, inciso VI e artigos 20 e 21 da Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações posteriores e legislação em vigor, para atender a referida resolução, fica designada como responsável técnico e gestora desta parceria na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, a servidora municipal Elaine Regina Willemann, assistente social, matrícula nº. 2879/7, inscrita no CPF/MF sob nº. 042.263.979-67, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 7.328.277-2 SSP/PR, residente em Santa Terezinha de Itaipu PR, ficando a mesma incumbida pelo processo de monitoramento e fiscalização.
- 6.2. A ENTIDADE apresentará ao MUNICÍPIO, <u>semestralmente</u>, de acordo com instruções da Secretaria Municipal de Assistência Social os seguintes documentos:
- I Relatório de execução do objeto, conforme artigo 66, inciso I da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto;
- II Cópia da apólice de seguro em favor do veículo cedido;
- III Cópia do IPVA e licenciamento anual;
- IV Certidão negativa de débitos referentes a taxas e multas decorrentes da utilização do veículo cedido;
- V Relatório de revisão do veículo, contendo datas e procedimentos efetuados;
- VI Relatório de consertos e peças trocadas.
- 6.3. Recebida a documentação, num prazo de até 20 dias, a concedente emitirá parecer técnico conclusivo, nos termos dos artigos: 61, IV, 64, §2º, 66, 67 todos da referida lei 13.019/2014 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DO BEM

7.1. Quando da conclusão da parceria, o veículo objeto de cessão deverá ser imediatamente entregue pela ENTIDADE, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

ESTADO DO PARANÁ

- 8.1. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto do presente Acordo de Cooperação, além das demais sanções previstas neste instrumento, a ENTIDADE parceira estará sujeita ainda:
- I Advertência por escrito, quando deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega do objeto;
- II Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ENTIDADE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
- 8.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa do interessado.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, SUSPENSÃO E PENALIDADES

- 9.1. O presente Acordo de Cooperação poderá ser:
- I Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
- II Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
- a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- c) se a ENTIDADE der outra destinação ao veículo cedido;
- d) se a ENTIDADE desrespeitar as leis de trânsito;
- e) nos demais casos em que houver violação da legalidade e da moralidade.



ESTADO DO PARANÁ

- 9.2. O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.
- 9.3. Uma vez decretada a rescisão, inclusive por ato unilateral do MUNICÍPIO, o veículo objeto de cessão deverá ser imediatamente entreque pela ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE

10.1. A eficácia do presente Acordo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pelo MUNICÍPIO no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos entre a ENTIDADE e o MUNICÍPIO, será realizada mediante protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1. O presente Acordo de Cooperação está vinculado ao Processo de **Chamamento Público nº. 004/2023**, bem como ao plano de trabalho da proposta apresentada pela ENTIDADE que passa a fazer parte deste instrumento, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 1.667/2016 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 58/2017 e normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO COMPETENTE



ESTADO DO PARANÁ

14.1. Para dirimir dúvidas ou questões eventualmente decorrentes na execução desta parceria, fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. Para ajuizamento de qualquer demanda judicial, é obrigatório a parte comprovar a prévia tentativa de solução administrativa, conforme dispõe o Art. 38, XIV da Lei 13.019/2014 e suas alterações.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado e contratado, é lavrado o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme segue, é assinado pelas partes, para surtir um único efeito.

Santa Terezinha de Itaipu – Paraná, 05 de junho de 2023.

CENTRO DE APOIO AGRÍCOLA E CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "MEU CANTINHO" CELSIANA DOMINGOS BELO

Presidente da Entidade Parceiro Privado

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU VÂNIO MANDELLI MORONA

Ordenador de Despesas – Decr. Mun. Nº 134/2023 Parceiro Público Municipal

T ESTEMUNHA	TESTEMUNHA
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:



ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 001/2023 CHAMADA PÚBLICA Nº. 004/2023		
PARCEIRO PÚBLICO MUNICIPAL:	MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	
PARCEIRO PRIVADO:	CENTRO DE APOIO AGRÍCOLA E CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "MEU CANTINHO"	
OBJETO:	Cessão de veículo semi novo, Modelo: FIAT/STRADA ENDURANCE CS; ano: 2022, combustível: álcool/gasolina; CHASSI: n°9BD281A2DNYX61808; RENAVAM: n°01317170013; placa: SDS8G78.	
VIGÊNCIA:	A partir da data de publicação até 20 de dezembro de 2024.	
DATA:	05 de junho de 2023.	

CENTRO DE APOIO AGRÍCOLA E CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "MEU CANTINHO" CELSIANA DOMINGOS BELO

Presidente da Entidade Parceiro Privado

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU VÂNIO MANDELLI MORONA

Ordenador de Despesas – Decr. Mun. Nº 134/2023 Parceiro Público Municipal

TESTEMUNHA	TESTEMUNHA
NOME:	NOME:
CPF:	CPF: